

**GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTO E SEUS EFEITOS
SOCIOESPACIAIS NO TERRITÓRIO: TRANSFORMAÇÕES NA
IDENTIDADE DOS ATINGIDOS DO ASSENTAMENTO OLHOS D'ÁGUA EM
UBERLÂNDIA (MG)**

Rene Gonçalves Serafim Silva¹
Vicente de Paulo da Silva²

Resumo

Grandes Projetos de Investimento (GPIs) são empreendimentos de grande porte, cujos efeitos socioespaciais incidem sobre o território e a população de atingidos, transformando, assim, suas identidades. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar os efeitos socioespaciais que a Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e II trouxeram para os atingidos que atualmente residem no Assentamento Olhos D'Água, localizado no município de Uberlândia-MG. Além disso, objetiva-se compreender as transformações ocorridas na identidade dos assentados e a (re)configuração de novos territórios a partir do deslocamento compulsório a que foram submetidos no decorrer da implantação e operação da usina. A metodologia utilizada pautou-se na revisão da literatura sobre os Grandes Projetos de Investimento e a categoria de análise geográfica "território", no qual autores que versam sobre a temática discutem e contribuem para o desenvolvimento conceitual, principalmente sobre a questão territorial. O trabalho de campo, posteriormente, complementou o estudo teórico, uma vez que propiciou compreender, de fato, as transformações que ocorreram no(s) território(s) e nas identidades do grupo de atingidos que se deslocaram para o assentamento em questão.

Palavras chaves: Grandes Projetos de Investimento; Território; Identidade.

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: renegoncalves_geo@yahoo.com.br

² Prof. Doutor do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Professor do PPGEU da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail:

Introdução

Os Grandes Projetos de Investimento (GPI's) são empreendimentos que apropriam recursos naturais e humanos em pontos específicos do território, cuja lógica econômica não corresponde às decisões tomadas no interior das regiões que recebem estes projetos, mas exteriores a estas populações que sofrem diretamente os efeitos do empreendimento (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 34).

Neste caso, podemos dizer que os Grandes Projetos têm como um de seus exemplares concretos as usinas hidrelétricas que fornecem energia ao país e que deveriam, do ponto de vista social e moral, gerar energia para a população e indústrias nacionais. Mas o que se observa é que estas se transformaram em grandes empresas, cuja mercadoria, a energia, é gerada a partir de deslocamentos compulsórios de populações que vivem ou trabalham próximo à áreas inundadas pelos complexos energéticos, sem contudo realizar estudos dos impactos e efeitos socioculturais, restringindo-se apenas aos estudos de impactos ambientais.

Segundo Vainer e Araújo (1992, p.10),

Dentre as críticas, a reiterada acusação de que a intervenção das empresas elétricas com vistas à implantação de aproveitamentos hidrelétricos é imposta de fora da região, desconhece suas realidades, e tem sido decidida sem a participação daqueles que sofrerão mais diretamente os efeitos da construção das barragens e usinas.

São, os atingidos, preteridos do processo de discussão e implantação dos aproveitamentos hidrelétricos, principalmente aqueles que sofrerão seus efeitos de imediato. Isso é um fato histórico, remontando as primeiras instalações hidrelétricas no Brasil, principalmente durante o regime militar, notadamente um período de repressão e falta de liberdade de expressão das vontades individuais ou de grupos sociais.

O modelo de desenvolvimento energético do Estado brasileiro, desde meados do século passado, pautou-se essencialmente na matriz energética oriunda das usinas hidrelétricas, devido ao grande potencial hídrico existente em extensas áreas do território brasileiro. De acordo com Rosa (1988, p. 9), “o Brasil se destaca como um dos que mais investiram em grandes projetos, principalmente na década de 70”. Nesse período, a energia hidrelétrica triplicou devido à construção de usinas de grande porte (Conant; Gold, 1981, p. 205).

Desta forma, os Grandes Projetos de Investimento (GPIs), na perspectiva da Usina Hidrelétrica (UHE), é um tema que ganhou relevância e importância no meio acadêmico, pois tais projetos exercem sobre o(s) território(s) efeitos que não estão relacionados apenas ao meio ambiente, mas à população de atingidos pelas barragens. Assim, o conceito de território, e consequentemente de identidade, devem ser trabalhados no sentido de elucidar e avaliar como os GPIs destroem e constroem, ao mesmo tempo, territórios e territorialidades, transformando as identidades.

A partir do momento em que uma usina hidrelétrica tem iniciada sua construção até sua efetiva operação, observa-se um movimento contínuo, dialético e conflituoso, onde interesses econômicos sobrepõem aos sociais, que no presente estudo são as populações diretamente atingidas por barragens.

O objetivo geral deste trabalho é compreender as transformações ocorridas na identidade dos moradores do assentamento Olhos D'água, localizado no município de Uberlândia-MG, e a (re)configuração de novos territórios a partir do deslocamento compulsório a que foram submetidos no decorrer da implantação e operação da usina.

A metodologia utilizada para realização da pesquisa pautou-se na revisão da literatura sobre os Grandes Projetos de Investimentos (GPI's) e a categoria de análise geográfica "território", além dos desdobramentos que o conceito de território incide sobre o conceito de identidade. Posteriormente, realizaram-se trabalhos de campo no assentamento objetivando entrar em contato com os sujeitos da pesquisa e, a partir deles, coletar informações essenciais sobre a temática da pesquisa por meio de entrevistas gravadas, cujo roteiro prévio norteou as questões básicas para serem levantadas.

Revisão da Literatura

1.1 Grandes Projetos de Investimento e atingidos

Grandes Projetos de Investimento (GPI) é um termo que "procura caracterizar projetos que mobilizam em grande intensidade elementos como capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território" (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 29). Começou a ser utilizado quando o Brasil passou a investir pesadamente em políticas

públicas de infraestrutura, principalmente energética, conforme destaca Bortoleto (2001, p. 53):

Por meio desses investimentos, surgiram as políticas setoriais e os planos de investimentos, como os grandes projetos que comportavam empreendimentos de grande porte e que foram elaborados como meio para a implementação da infra-estrutura necessária para a industrialização e, ainda, como uma forma de levar o “desenvolvimento” às regiões em que foram instalados.

Estes grandes projetos também são conhecidos pela comunidade acadêmica, notadamente na obra de Martins (1993), como Grandes Empreendimentos uma vez que “trata de *projetos econômicos de envergadura*, como *hidrelétricas*, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que *não* têm por destinatárias as populações locais” (MARTINS, 1993, p. 61-62, grifo nosso). São empreendimentos de “envergadura”, pois montantes elevados de capitais são empregados nas obras de implantação e operação desses projetos.

Embora utilizem termos diferentes, tanto Vainer e Araújo (1992) quanto Martins (1993) concordam em questões essenciais sobre os grandes projetos: as hidrelétricas se encaixam como um grande projeto devido ao elevado capital investido e as populações que sofrem diretamente os efeitos socioespaciais não são as “destinatárias” dos mesmos.

Deste modo, outra categoria de análise importante surge no debate com os grandes empreendimentos: o conceito de atingido. Não obstante este conceito seja encontrado em publicações científicas e não-científicas, o termo “atingido” pode gerar confusões, controvérsias e até mesmo desconhecimento por se tratar das populações que sofreram com a chegada de uma usina hidrelétrica, confundindo-se com a noção de alagado ou inundado, embora em determinados momentos atingido e alagado apareçam como termos análogos.

Várias são as concepções de atingidos, elaboradas a partir daquilo que se considera como base técnica e econômica na definição de “atingido”. Mas antes de tudo, Vainer (2008, p.40) já nos alerta que “a noção não é nem meramente técnica, nem estritamente econômica”, ou seja, é necessário que haja um equilíbrio entre as questões técnicas e econômicas na delimitação da terminologia.

Ainda de acordo com Vainer (2008, p.44),

A única forma de superar de maneira consistente as concepções que têm como núcleo o direito do empreendedor, e não os

direitos das populações afetadas, é entender a natureza do processo social deflagrado pelo empreendimento, processo simultaneamente econômico, político, cultural e ambiental. Trata-se, com efeito, de um processo de mudança social que interfere em várias dimensões e escalas, espaciais e temporais.

Compreende-se aqui que as concepções abordadas pelo autor vão, na verdade, atender aos interesses dos atores hegemônicos da relação de conflito que se estabelece nos Grandes Projetos de Investimento e que é preciso superá-las. Desta forma, é imperativo criar no âmbito acadêmico discussões densas e profundas acerca da problemática teórica exposta, uma vez que as populações afetadas pelos grandes empreendimentos são, de fato, os maiores prejudicados destas mudanças sociais ocasionadas por agentes exteriores a eles.

Dentre as concepções abordadas por Vainer (2008) podemos citar:

- Territorial-patrimonialista: onde atingidos são os proprietários de terras ou aqueles que tenham a posse.
- Hídrica: no qual atingido passa a ser o inundado, que teve suas terras alagadas ou que trabalhavam nela, não necessariamente o proprietário, posseiro, mas o próprio trabalhador rural.

1.2 Território

O conceito de território é, na atualidade, uma das categorias mais abordadas e trabalhadas na ciência geográfica. Devido sua ampla aplicabilidade na compreensão da configuração espacial, sua utilização nos estudos geográficos ganhou importância e reconhecimento científico nos novos paradigmas da geografia.

Sobre a questão principal que se levanta do que é o território, é preciso entender que

Espaço e território não são termos equivalentes. (...) É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Assim,

Para outros, o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espacial ou geograficamente mediadas. Podemos dizer que essa é a noção mais ampla de território, possível assim de ser estendida a qualquer tipo de sociedade, em qualquer momento histórico, e podendo igualmente ser confundida com a noção de espaço geográfico (HAESBAERT, 2006, p. 53)

Desse modo, Raffestin (1993) e Haesbaert (2006) já nos dão uma primeira contribuição sobre a diferenciação conceitual de território em relação ao espaço, principalmente o espaço geográfico, objeto de estudo da geografia. Essa primeira contribuição vai se complementar com aquilo que Santos (2006) vai dizer sobre o que vem a ser o território:

O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o 'território usado', não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (SANTOS, 2006, p.14).

Desta forma, é importante ressaltar que para que exista o território, enquanto conceito geográfico, é mister que exista a identidade assentada sobre um determinado "chão". Dentro do próprio conceito de território, Santos (2006) já apresenta outro termo trabalhado nesta pesquisa, o conceito de identidade. Segundo o autor, é um "sentimento de pertencer àquilo que nos pertence". Assim, se o indivíduo ou grupo social sente-se parte de algo que lhes pertence, isso caracteriza suas identidades. No caso dos atingidos por barragens, suas identidades estão muito ligadas ao rio, seja a identidade cultural ou de trabalho.

O território também é compreendido por meio das relações de poder que se processam no seu interior. Nesse sentido o território "define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder" (HAESBAERT, 2006, p.

54). Na mesma linha de raciocínio, Raffestin (1993, grifo nosso) afirma que o poder se manifesta por meio da complexidade dos aparelhos que envolvem o território, o *controle da população e a dominação* dos recursos.

Na perspectiva das usinas hidrelétricas, este poder pode ser engendrado pelas concessionárias e empresas do setor elétrico de forma extremamente desigual em relação a grupos sociais de atingidos de pequeno porte, como ocorre com o grupo estudado aqui neste trabalho, composto por 12 famílias e que não tem capacidade de negociar nas mesmas condições de poder.

Assim, o território acaba por sofrer um processo de desterritorialização por parte dos assentados, e posterior reterritorialização da usina hidrelétrica no território deixado pelos atingidos, e dos atingidos em outros territórios. A problemática que se coloca é saber até que ponto esses novos territórios, dos atingidos, possuirão as mesmas condições do território anterior. Nessa desterritorialização, “antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiros, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial” (HAESBAERT, 2006, p. 67)

1.3 Identidade e símbolos

A identidade, substrato do território, pode ser compreendida numa perspectiva mais psicanalítica como “aquilo pelo qual a pessoa se sente a *mesma*, neste lugar, neste momento, como naquele momento e naquele lugar, no passado ou no futuro; é aquilo pelo qual se identifica” (LAING, 1989, p.82, grifo do autor). Do ponto de vista mais cultural e pós-moderno da sociedade, Hall (2005), ao invés de conceituar identidade, diz que o “próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (HALL, 2005, p.12).

Com base na abordagem dada por Bagnasco (1999), Saquet (2010, p.147, grifo do autor) nos informa que identidade “se refere à vida em sociedade, a um *campo simbólico* e envolve reciprocidade. Na geografia, significa, simultaneamente, espacialidade e/ou territorialidade”. Portanto, este “campo simbólico” pode ser considerado além do território tangível, os territórios simbólicos que as relações de lazer e trabalho proporcionam a grupos sociais, neste caso os atingidos por barragens. Esses

territórios são abstratos e de difícil visualização para aqueles que se encontram exteriores às relações socioculturais que se processam no interior destas sociedades.

2. Resultados Parciais

2.1 Os atingidos do Assentamento Olhos D'água

O assentamento Olhos D'água, localizado no município de Uberlândia-MG, foi criado a partir do momento em que começaram as desapropriações na bacia do rio Araguari na região que compreende o Complexo Energético Amador Aguiar. É composto, originalmente, por atingidos que perderam seus trabalhos nas propriedades que foram alagadas pelo enchimento do reservatório.

As negociações com relação às áreas a serem relocadas não foram discutidas durante o processo de apresentação e viabilização das duas usinas que compõem o complexo energético. De acordo com os assentados, o local onde situa o assentamento já existia quando souberam que deveriam se deslocar para outra área em função da construção do empreendimento. Desta forma, não houve dentro das negociações um momento no qual os assentados juntamente com a concessionária discutiriam os rumos e formas de reassentamento das famílias.

As glebas de terras já tinham sido loteadas a partir de uma grande propriedade, adquirida pelo consórcio responsável pela construção da usina. Coube aos assentados apenas a participação no sorteio que ocorreu para que as “chácaras” (denominação dos assentados referente às suas terras) fossem escolhidas. De certo modo foi a forma mais democrática de escolha das terras.

Ainda que os assentados da comunidade Olhos D'água não fossem proprietários de terra, eles mantinham uma relação de trabalho e cultural com as áreas que hoje estão alagadas na bacia do rio Araguari. Identificavam-se com o rio e as possibilidades que ele trazia no interior daquela comunidade já estabelecida. Os relatos até o momento registrados mostram que os chefes de família trabalhavam no sistema patronal, onde recebiam mensalmente seus ganhos pelo trabalho realizado e, ainda, mantinham com a terra uma cultura de cultivo das áreas não utilizadas pelo proprietário.

Todos os produtos gerados pelo cultivo familiar eram revertidos na composição da dieta alimentar das famílias, não sendo comum a venda destes produtos a terceiros. O que se observa atualmente é que os moradores das chácaras ainda carregam esta cultura, que não está voltada para o comércio de seus produtos.

De acordo com as informações coletadas, e o que se observou nos trabalhos de campo, os moradores do assentamento estavam acostumados com a relação assalariada e, portanto, a produção não era voltada ao comércio, mas para o consumo. E aquilo que não era utilizado era descartado naturalmente na própria natureza.

No lado cultural e simbólico, as águas do rio foi o aspecto mais abordado nas conversas com os assentados. Segundo os moradores, o rio, que foi substituído por um rego d'água no assentamento, é a maior perda simbólica e que não pode ser reproduzida nas chácaras. O aspecto simbólico e cultural que o rio representa está tanto na pesca, esportiva ou para consumo, quanto no lazer das famílias que lá trabalhavam. De acordo com seus relatos, o rio era também ponto de encontro das famílias e amigos nos momentos de folgas, representando um elo social e de manifestação das relações de amizade.

Este território cultural, ou mesmo identidade, se perdeu com o deslocamento das famílias e representá-lo na forma de um rego causa aos assentados um sentimento de frustração e comoção ao mesmo tempo. A criatividade e o próprio conhecimento acumulado nos anos de trabalho com a terra fez com que alguns poucos assentados pudessem criar, ainda que de forma precária e em pequenas quantidades, peixes no rego que corta as chácaras. A técnica é bem rudimentar, mas que gera aos assentados uma forma de utilização da carne do peixe na alimentação cotidiana. Consiste em cercar lados opostos do rego d'água, de cerca de 2 a 3 metros de distância, e fazer a ceva para que os peixes que passem pela grade, com o passar do tempo, fiquem maiores, impedindo, devido à largura da passagem da grade, que eles continuem o curso d'água. Assim, uma pequena criação de peixe é utilizada não mais como lazer pelos assentados, mas como meio de sustento e variação da dieta alimentar.

Grandes projetos de investimento e seus efeitos socioespaciais no território: Transformações na identidade dos atingidos do assentamento olhos d'água em Uberlândia (mg).

Rene Gonçalves Serafim Silva, Vicente de Paulo da Silva



Figura 1: Rego d'água que passa pelas chácaras.

Autor: SILVA, R.G.S.

A figura 1 é uma amostra do rego d'água presente no assentamento Olhos D'água. A finalidade resulta em apenas utilização das águas para promover a irrigação de algumas culturas, além da piscicultura em algumas chácaras. As outras formas de utilização das águas foram cessadas devido às proporções do tamanho do canal. Deste modo, poder-se-ia dizer que os assentados foram desprovidos de suas atividades afetivo-simbólicas, resultando num “processo de exclusão socioespacial” (HAESBAERT, 2006, p. 67).

Embora a obtenção de uma propriedade, com escritura e todos os direitos legais, seja uma aspiração dos assentados ou de qualquer outro trabalhador rural, ocorreu nas relações que se processam no âmbito cultural um movimento que se pode denominar de “desterritorialização culturalista”. Este termo, dentro da perspectiva geográfica, é

percebida a partir de uma leitura do território como fonte de identificação cultural, referência simbólica que perde sentido e se transforma em um “não-lugar”. Estes “não-territórios”, culturalmente falando, perdem o sentido/o valor de espaços aglutinadores de identidades, na medida em que as pessoas não

mais se identificam simbólica e afetivamente com os lugares em que vivem, ou se identificam com vários deles ao mesmo tempo e podem mudar de referência espacial-identitária com relativa facilidade (HAESBAERT, 2009, p.131).

No primeiro momento, com a falta do rio e das atividades relacionadas a ele, o assentado encara seus respectivos lotes como “não-lugar”, uma vez que sofrem, ainda que sem perceberem, um processo de reterritorialização no interior de suas chácaras. Com o tempo, os assentados foram se “identificando” com aspectos diversos de seus lotes, preenchendo uma lacuna deixada pela falta do rio nas proximidades de suas casas.

Como forma de ilustrar e perceber como esse processo de “referência espacial-identitária” muda com o tempo e com facilidade, numa das entrevistas o assentado em questão fez referência à antiga casa presente em seu lote como objeto de identificação no momento de escolha do lote. De acordo com o morador, a presença da antiga sede da fazenda em seu território fez com que ele escolhesse, no momento do sorteio dos lotes, aquele em que hoje mora. Isso remete às questões expostas por Haesbaert (2009) em sua definição de desterritorialização culturalista, mas ao mesmo tempo um processo de reterritorialização dos aspectos relativos ao simbólico e afetivo.

3. Considerações Finais

Atualmente, existe um número considerável de estudos sobre os impactos de usinas hidrelétricas em várias áreas do conhecimento, no entanto estes se limitam muitas vezes aos impactos ambientais. Faz-se necessário, portanto, estudos que avaliem os efeitos, e não somente os impactos, que os Grandes Projetos de Investimento (GPI) causam ao território e às identidades das populações que o habitam.

Embora o objetivo da pesquisa e o direcionamento das entrevistas não tenha sido a questão estritamente econômica, não se pode deixar de destacar as mudanças e transformações nas relações de trabalhos dos assentados. Se antes eram trabalhadores assalariados, hoje são os proprietários de suas terras, o que não significa que é a melhor opção na visão deles, pois quase todos eles não conseguem sobreviver daquilo que é produzido/realizado nas chácaras. Precisam complementar suas rendas com trabalho fora do assentamento diariamente.

A questão cultural foi observada como algo que transformou a vida cotidiana dos moradores do assentamento Olhos D'água. Os objetos que os identificavam e que faziam parte do dia-a-dia deles foram transformados ou extintos, como é o caso do rio. O principal elemento simbólico-cultural, o “rio das velhas”, como era constantemente chamado e conhecido pelos moradores o rio Araguari, foi palco de manifestações sociais e culturais entre a população que outrora vivia o rio como ponto de encontro das famílias e amigos para lazer, além do trabalho.

Estudar estes atingidos como estudo de caso é possibilitar que as transformações que ocorreram, e ainda ocorrem, no interior desta parcela da sociedade seja registrada e compreendida, favorecendo em negociações futuras, uma maneira menos traumática de realizar os deslocamentos que se façam necessários.

Como diria Yi-fu Tuan (1980, p. 26), “um símbolo é uma parte, que tem o poder de sugerir um todo: por exemplo, a cruz para a cristandade, a coroa para a monarquia, e o círculo para a harmonia e perfeição”. Portanto, o símbolo maior foi destruído com o alagamento da represa. O rio, que simbolizava a vida e o cotidiano de um grupo social, foi substituído por outros símbolos que ainda não são capazes de identificá-los, de refleti-los sobre seu próprio território.

4. Referências

BORTOLETO, E. M. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. **Geografares**, Vitória, nº 2, 2001. Disponível em: <http://www2.cchn.ufes.br/geoufes/geografares/?N%FAmeros_publicados:Nr_02>. Acesso em: 04 ago. 2010.

CONANT, M. A.; GOLD F. R. **A geopolítica energética**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43-70.

_____. **Territórios alternativos**. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

Grandes projetos de investimento e seus efeitos socioespaciais no território: Transformações na identidade dos atingidos do assentamento olhos d'água em Uberlândia (mg).

Rene Gonçalves Serafim Silva, Vicente de Paulo da Silva

MARTINS, J. S. **A chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROSA, L. P. Os grandes projetos e o setor elétrico. In: ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (Coord.). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**. São Paulo: AIE/COPPE, Marco Zero e CNPq, 1988. p. 9-14.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. *et al.* (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13-21.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VAINER, C. B.; ARAUJO, F. G. B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VAINER, C. B. Conceito de "Atingido": Uma Revisão do Debate. In: ROTHMAN, F. D. (Ed.). **Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa: Ed. UFV, 2008. p. 39-62.